

Resumo: A passagem dos 450 anos do encerramento do Concílio de Trento (1563-2013) motiva-nos o estudo das circunstâncias e resultados desse evento eclesial, certamente um dos de maior ressonância na história da Igreja, e cujos efeitos ainda são plenamente visíveis. O artigo começa situando Trento no seu contexto europeu, no final da Idade Média, detendo-se a seguir na figura de Martinho Lutero, para então comentar “Trento e suas decisões”. Aborda também o “Missal de São Pio V”, tido por intocável pelos tradicionalistas, e observa que “mudanças são sempre lentas”. Na conclusão, ressalta o fato de que os 450 anos de Trento estão sendo marcados, inesperada mas providencialmente, pela eleição e o pontificado de Francisco, o novo “Bispo de Roma”, que está acendendo tantas esperanças.

Abstract: The course of 450 years since the end of the Council of Trent (1563-2013) is the reason of studying the circumstances and results of this major ecclesial event, which without any doubt had one of the most resounding repercussion in the history of the Church. Its consequence is still in sight today for every body to see. The article begins situation the Council of Trent in the European context, at the end of the Middle Ages, with a short stopover visualizing Martin Luther, the central figure causing a religious conflict for centuries to come. The article also deals with the Missal of Pius V which was held as untouchable by the traditionalist wing of the ecclesial circles. The author throws some light on the matter in hand. In the conclusion, a notable contribution comes forth envisaging the period of 450 years under the sign of the new pope Francis, opening up a new hope for the Church of today and the ages to come.

O Concílio de Trento no caminho da Igreja – 450 anos

*José Artulino Besen**

* O autor, que é pároco do bairro Procasa, Barreiros, Florianópolis, é especialista em História da Igreja, membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Professor emérito do ITESC e Professor pesquisador da FACASC.



Introdução

Ao estudarmos o processo religioso no século XVI¹, convém lembrar que foram diversas as Reformas, identificadas no enfrentamento à prática religiosa e doutrinal católica: Reforma luterana, com foco na Alemanha (1517), Reforma na Inglaterra (1533), Reforma na Suíça (1536). As duas primeiras se caracterizaram como reformas marcadas pelo espírito nacional, sendo a reforma de Calvino caracterizada pela radicalidade, sem características nacionais. O movimento de Calvino prevaleceu sobre todos, neles influenciando, dando origem à Igreja reformada, cuja teologia e organização eclesial se irradiaram nas igrejas presbiterianas, batistas, adventistas, pentecostais. A personalidade de Lutero encarnava o espírito alemão e falava à Alemanha partindo da experiência católica, enquanto que Calvino ignorou toda a tradição histórica, formando a Igreja a partir unicamente da Sagrada Escritura, razão pela qual se universalizou. Se Lutero e Henrique VIII reformam a Igreja, João Calvino a constrói a partir do Novo Testamento.

O processo religioso do conturbado século XVI também mergulha na imensa problemática sócio-econômica vivida na Europa, o que explica porque um Continente cujo centro e animador era a Igreja católica passe a combatê-la. A par das exigências estritamente religiosas, situam-se interesses de ordem política. Há a resistência contra Roma e o nome romano como ressentimento das lutas entre Luiz o Bávavo e João XXII, que interferiu no processo político alemão, e contra o *fiscalismo*, ou seja, a multiplicação de taxas por parte de Roma.

A situação econômico-social ajuda a compreender a difusão da Reforma na Alemanha, onde os camponeses e os cavaleiros, a pequena nobreza, sofriam após a descoberta da América. Os cavaleiros perderam o antigo poder pela desvalorização dos feudos agrícolas diante do incremento do comércio, pela transformação da técnica militar (agora se usava a infantaria mais do que a cavalaria), pelo reafirmar-se dos feudatários maiores, os príncipes. Para melhorar sua sorte, nada melhor do que os bens eclesiásticos: mudar para a nova religião possibilitava o enriquecimento com a invasão de conventos e igrejas.

¹ O presente trabalho tem como pano de fundo a obra de Joseph LORTZ – *A Reforma na Alemanha*; de Hubert JEDIN – *O Concílio de Trento*; e de Giacomo MARTINA – *A Igreja ... de Lutero aos nossos dias*.



Os camponeses, reduzidos ainda a servos, explodiam em revoltas desde o século XV, reagindo à miséria e à servidão. Já no ardor da Reforma, Lutero deparou-se com a Guerra dos Camponeses, que explodira em maio de 1524 nas regiões superiores do Reno e se difundira por quase toda a Alemanha. Mais de mil castelos e mosteiros foram incendiados. Os príncipes protestaram junto ao Reformador que, de início, apoiou as revoltas em nome da justiça: ou eles ou os camponeses. Nesse momento dramático, Martinho Lutero ficou em posição inconciliável: ou os camponeses pobres, ou o apoio dos Príncipes que lhe garantiriam a defesa e a penetração da Reforma. Escolheu os príncipes: incitou-os a trucidar os camponeses como cães raivosos, porque isso seria obra agradável a Deus. Em maio-junho de 1525 a revolta foi sufocada no sangue e foram aplicados terríveis castigos aos vencidos. *Tomás Münzer* (1489-1525), que liderara a formação da cidade “comunista” de Münster, foi torturado e decapitado.

Os príncipes saíram fortalecidos da guerra e impuseram sempre mais a sua palavra sobre a Igreja. Lutero, para salvar a Reforma, confere-lhes o poder de “bispos exteriores”, com ampla autoridade de governo e reforma nos negócios eclesiásticos. Tal medida fez com que mais da metade dos principados alemães abandonassem o catolicismo, misturando convicção religiosa com ambição político-econômica. E assim, por uma dessas ironias da história, os cristãos, livres de Roma, ficaram submissos a seus príncipes em matéria religiosa (na Alemanha, até 1918).

De um lado temos o palco alemão, onde foi detonado o início reformador e que se espalhou pela Europa; de outro, a insensibilidade de Roma, que vivia no esplendor da Renascença, sem muitas preocupações religiosas.

1 Martinho Lutero

Em 1517, um frade agostiniano alemão publicava suas *Teses* em Wittenberg, chamando os doutores a discutirem com ele os problemas que enxergava na Igreja católica, centralizando-os no tema da *Justificação*: como o homem alcança a salvação? Para nós, a resposta é clara e, com todos os protestantes dizemos: somos salvos pela graça que nos é dada pela fé em Jesus Cristo crucificado.

À época, com o Papado mergulhado na preocupação com as artes, com a Cúria romana mais interessada no jogo do poder, a reposta



era confusa, mesmo que a teologia, em tese, fosse clara. Era o tempo das Indulgências, e o papa Leão X estava mais preocupado em arranjar dinheiro para a construção da nova basílica de São Pedro do que com as impertinências de um frade alemão. Os pregadores de Indulgências anunciavam que se poderia salvar uma alma mediante pagamento e Lutero, que passara pela busca ardente da salvação, descobrira o caminho bíblico: *O Justo viverá pela fé* (Rm 1,17): pela fé em Cristo, Deus nos salva.

Lutero (1483-1546) aliava em si profundo conhecimento bíblico, imenso amor pela oração, capacidade de liderança, e irresistível atração nos ouvintes. Com sua pregação, a Alemanha entrou em convulsão religiosa, monges e monjas abandonaram os mosteiros, padres e bispos passaram para o lado do Reformador e, claro, os príncipes alemães viram na adesão a Lutero um modo de se apossarem dos bens da Igreja. A Alemanha católica se tornara em grande parte protestante.

E Roma, como reagiu? Com muita lentidão e receio. Afinal, quando se trata de perder privilégios como fruto de reforma, poucos têm coragem de dar o passo. E, assim, grande parte do tecido imperial aderiu às novas doutrinas, e a Igreja católica, que fora fiadora da Europa – pois a Europa é uma sábia construção católica – perdeu espaço, permanecendo católicos somente Portugal, Espanha, Itália e parte da França. Um grande trabalho missionário, especialmente dos jesuítas, reconquistou depois parte do espaço perdido.

Bispos e cardeais, leigos e intelectuais, Lutero, Calvino, os Príncipes, pediam um Concílio ecumênico para a reforma “na cabeça e nos membros”. Suas vozes não foram ouvidas, pois as preocupações romanas eram outras. Infelizmente assim foi e, quando o Concílio Ecumênico foi aberto em Trento, os dois lados estavam irremediavelmente divididos após 27 anos de conflitos, fazendo com que o Concílio fosse um concílio católico e de reforma católica.

Por que em Trento, ao pé dos Alpes? Trento era uma cidade neutra, governada por um Bispo-príncipe e garantia a segurança dos bispos participantes e sua independência frente às interferências do imperador Carlos V, dos príncipes e da ambiciosa monarquia francesa. Paulo III convocou o Concílio para 1544, mas, o reduzido número de bispos obrigou-o a transferi-lo para março de 1545. No início, compareceram 25 bispos e 7 Gerais de ordens religiosas. É útil olharmos os números em confronto com outros Concílios: na 1ª. sessão havia 31 bispos para a



abertura e, nas duas primeiras fases, o número oscilava entre 65 e 70, na última chegando a 225. Nos grandes Concílios da Antigüidade era outra a vivacidade: em Nicéia (ano 325) eram 318 bispos; em Calcedônia (ano 451) foram 630; nos tempos modernos, 700 no Vaticano I (1869-1870) e 2500 no Vaticano II (1962-1965).

Por que o reduzido número? As dificuldades de viagem, pestes, a falta de segurança, ameaças dos príncipes; a Igreja do norte africano tinha praticamente desaparecido e bispos deixaram a Igreja católica.

O Concílio de Trento (1542-1563)

O Concílio de Trento teve três fases: *1545-1547, 1551-1552, 1561-1563*, vividas sob 5 Papas. Realizou uma obra admirável, respondendo de modo positivo às instâncias luteranas. Foi um Concílio dogmático, sim, mas os bispos que lá se reuniram estavam preocupados com algo muito concreto: como ser bispo frente a uma Cúria romana que interferiria na sua autoridade? Como reformar a vida católica, o clero, frente às dispensas romanas?

A preocupação episcopal era mais pastoral. E muito foi conseguido, podendo ser dito que os bispos saíram de Trento com sua autoridade reforçada, apesar do título ambíguo de “delegados da Sé apostólica” (os bispos são sucessores dos Apóstolos, não “delegados” papais).

A grande palavra tridentina foi “pastoral”: reformar a vida católica, o clero, os religiosos. Missão da Igreja não é a promoção das artes, mas a salvação das almas: *Salus animarum suprema lex esto*. Foi a ação pastoral o grande fruto dessa assembléia que durou 18 anos e na qual houve liberdade de expressão para bispos e teólogos. Ali o santo arcebispo português, Frei Bartolomeu dos Mártires, pôde dizer aos seus colegas: “Os eminentíssimos e reverendíssimos senhores Cardeais necessitam de uma eminentíssima e reverendíssima senhora reforma”. E assim foi.

2 Trento e algumas de suas decisões

Quais foram as decisões que mais diretamente tocaram a vida da Igreja? Foram tantas e tão importantes, que fica difícil salientar alguma, pois o corpo doutrinal e pastoral da Igreja é extremamente compacto.

Primeiro fruto foi a resposta positiva e bíblica à doutrina da Justificação, que até Lutero teria assinado. Definiu a dupla fonte da Revelação



e a Tradição, afirmou o Cânon bíblico, com 72 livros, a doutrina dos Sete Sacramentos, a fé que opera na caridade, a purificação na doutrina do culto aos Santos, imagens, relíquias, a riqueza das devoções, a vida religiosa consagrada, etc.

Trento não teve condições de unir os aspectos visíveis da Igreja à sua natureza místico-sacramental. Não conseguiu definir um conceito de Igreja; apenas definiu-lhe os aspectos doutrinários. No longo prazo, isso fez com que se acentuasse a face mais visível, institucional. Basta ver o que o santo teólogo Roberto Belarmino (1542-1621) declarou a respeito: “a Igreja é tão visível como a república de Veneza”. Isso levou a se confundir a Igreja Corpo de Cristo com suas estruturas que são passageiras, mas defendidas quase como dogmas de fé.

Algumas instituições marcaram a vida da Igreja para melhor: a criação dos *seminários*, obrigatórios para cada diocese, a fim de haver seleção dos candidatos ao sacerdócio e, ao mesmo tempo, a possibilidade de pobres e ricos serem padres. A Cúria romana foi reformada com a criação dos Dicastérios confiados a Cardeais, e deu-se forte impulso à ação missionária.

A obrigação de cada bispo residir em sua diocese, de realizar a *Visita ad limina Apostolorum*: a cada cinco anos ir a Roma e, junto ao túmulo dos Apóstolos, prestar contas de sua ação pastoral. A mesma obrigação cabia aos bispos em suas dioceses, que deviam ser visitadas em *visita pastoral*. Grande exemplo nesse campo foi o arcebispo de Milão São Carlos Borromeu (1538-1584): visitou toda a diocese, os conventos e mosteiros e, com energia até excessiva, puniu os desvios doutrinários e de comportamento, servindo-se de uma prisão e de corpo policial.

Não foi positivo o fruto de outra decisão: obrigar as religiosas à *clausura*, impedindo-as de ação pastoral, o que incorporou um caráter machista à organização da Igreja, o mesmo que aconteceu na Igreja protestante. A acentuação na Hierarquia enfraqueceu a formação do laicato adulto, levando à clericalização da organização eclesial. A vida cristã foi privada da presença pública e ativa das mulheres consagradas.

Os bispos conciliares delegaram ao Papa Pio V a elaboração da *Profissão de Fé* (1564), a publicação do *Catecismo Romano*² (1566), do *Breviário* (1568) e do novo *Missal* (1570), a Missa de São Pio V.

² Em 1529, Martinho Lutero também publicou o *Catecismo Menor*, para o uso do povo.



3 O Missal de São Pio V

Pesa sobre a Missa de São Pio V o caráter de oposição, hoje, à Missa de Paulo VI, o que não se justifica pois, além dela, sobreviveram ao Concílio de Trento os ritos litúrgicos ambrosiano, bracarense, galicano, moçárabe. O Missal de 1570 pouco diferia do Missal impresso em 1474 que, por sua vez, reproduzia fielmente o Missal de Inocêncio III. Com a bula *Quo primum tempore*, Pio V estabeleceu que a reforma dos ritos estaria “em conformidade com a antiga norma dos Santos Padres”. Mas, sem dúvida, à época havia limitações para a investigação dos autores antigos, o que não aconteceu com a reforma de Paulo VI (cf. IGMR 7) que teve a felicidade de contar com a rigorosa pesquisa litúrgica levada a efeito desde o final do século XIX.

Os críticos do Vaticano II alegam a perpetuidade do Missal de São Pio V, conforme reza a bula *Quo primum tempore: Si quis autem hoc attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum*: “Se alguém, contudo, tiver a audácia de atentar contra estas disposições, saiba que incorrerá na indignação de Deus Todo-poderoso e de seus bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo”.

A linguagem da perpetuidade é característica de documentos papais e não significa, em absoluto, que nada poderá ser reformado, corrigido, melhorado. A perpetuidade refere-se à autoridade papal, ou seja, enquanto outro papa não dispuser o contrário. A Bula que estabeleceu o novo Breviário continha a mesma determinação, mas não impediu que fosse reformado em 1911 pelo papa São Pio X, com a bula *Divino Afflatu*. Lembre-se, também, que o rito da Missa de São Pio V foi posteriormente revisto por outros papas em 1604, 1634, 1888, 1920, 1955 e 1962.

Se um dos grandes méritos da causa de sucesso de Martinho Lutero foi o uso da língua alemã na pregação e no culto, o mesmo não se pode dizer de Trento, apegado firmemente à língua latina, quase canonizando-a. O conflito já existia na Idade Média, mas lá se dizia que a Liturgia poderia ser expressa apenas nas línguas citadas na cruz: grego, latim e aramaico. O latim foi responsável pelo espírito autoritário romano e franco-germânico frente aos povos eslavos que se convertiam à fé cristã e impediu, nos séculos seguintes, a compreensão da Liturgia por parte da massa que ignorava o latim..



A preocupação com a reta doutrina fortaleceu na Igreja o espírito inquisitorial e, no ano da abertura do Concílio de Trento, Paulo III criou a **Inquisição romana** ou “Congregação da Sacra, Romana e Universal Inquisição do Santo Ofício”, que existiu entre 1542 e 1965. Para evitar a propagação de doutrinas heréticas foi criado o **Índice** dos Livros proibidos.

A unidade dos bispos em torno do Papa deu-lhe autoridade e instrumentos para enfrentar os Estados que ingressavam no absolutismo e que tentaram por todos os caminhos assaltar a liberdade da Igreja e sua missão, pois não admitiam que seus súditos obedecessem a uma autoridade estrangeira.

4 Mudanças sempre são lentas

As decisões conciliares se depararam com a contrariedade da Cúria romana que continuou a conceder privilégios e isenções, bispos se deixando empolgar pela riqueza e pelo apoio da autoridade dos reis e, somente no século XX, a obrigação dos seminários se universalizou com a criação de seminários regionais. Parte do clero continuará a mergulhar numa prostração espiritual fruto do sustento acomodador recebido do Estado.

O espírito controversístico levou a pastoral a acentuar os aspectos antiprotestantes: Tradição, mais forte que a Bíblia; obras, mais poderosas que a fé; vontade, em detrimento da graça; culto aos Santos e a Maria, e os exercícios de piedade, mais valorizados que uma espiritualidade verdadeiramente centrada no Cristo e no mistério trinitário. A autoridade do Papa e da Cúria marcou na Igreja o caráter acentuadamente romano e centralizador.

Finalizando, o Concílio de Trento deu à Igreja energias insuspeitadas, principalmente conteúdo e convicção doutrinária para enfrentar as grandes batalhas que logo ganharam força: garantir a liberdade da Igreja, salvar a Revelação diante do Iluminismo racionalista, afirmar a Palavra de Deus frente às escolas modernas que a reduziam ao mito, salvar a encarnação do Verbo e a própria existência de Deus frente a uma sociedade econômico-cultural cada vez mais narcisista, arrogante e que tenta repetir o desafio de Prometeu: roubar o fogo dos deuses e desse modo negar Deus e deixar o homem ao arbítrio do tempo.



No dia 3 de dezembro de 1563 era encerrado o Concílio de Trento e, 400 anos depois, em 4 de dezembro de 1963, os padres conciliares do Vaticano II publicavam a *Sacrosanctum Concilium*, a liturgia do povo de Deus que celebra comunitariamente o mistério pascal.

E, no dia 13 de março de 2013, 450 anos após o encerramento de Trento, a Igreja romana recebe como Papa o argentino Francisco, filho de um Continente ocupado à época do Concílio e da Reforma, um Papa que se propõe renovar a vida pastoral e sacudir estruturas engessadoras da Igreja católica. A duras custas, aprendemos a ser servidores do povo, humildes e desarmados, oferecendo ao mundo uma palavra de vida, uma pessoa: Jesus, o Salvador.

E-mail do Autor:

jabesen@terra.com.br